PARQUE AUGUSTA
MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Yacov Kilsztajn (37), 3ª série
Orientador: Raymundo Bandeira Campos
11 de setembro de 2017

Apresentação

A monografia que aqui se segue passou por um processo distinto para a consolidação de seu tema. Primeiramente pensei em discorrer sobre a flora paulista: relacionar o desenvolvimento urbano com o desmatamento, pensar na relação com as árvores, tanto na periferia da cidade quanto nas ruas enfeitadas dos bairros nobres. Pensei também em falar das ervas daninhas, conhecidas como pragas pela maior parte dos jardineiros e transeuntes. Queria relacionar o estigma social adquirido pelas ervas com o desenvolvimento da agricultura e a marginalização de diversas espécies nutritivas, como o caruru, dente de leão, dentre outras PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais).

A partir dessas divagações sobre o tema que dissertarei nesta monografia, apareceu-me uma área verde altamente polêmica, que resgata o movimento ecológico e também as discussões urbanísticas relacionadas à vegetação – o Parque Augusta. O Parque, que foi criado em 23 de dezembro de 2013, por uma lei sancionada pelo ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad, desde 2006 é tema para manifestações populares, que passaram a ser o fator chave desta pesquisa.

Introdução: direito à cidade

Atualmente vivemos envoltos por uma política voltada para os direitos humanos, porém fundamentada pelo conceito de individualismo baseado na propriedade, sem contestar a lógica hegemônica do mercado neoliberal. Afinal, ainda vivemos em um mundo onde o direito à propriedade privada e as taxas de lucro se sobrepõem a qualquer outro; contudo, os direitos humanos podem assumir uma forma coletiva – direito dos trabalhadores, mulheres, gays, negros, entre outras minorias, são exemplos. Neste trabalho falaremos de um direito humano dos mais preciosos, porém ainda menosprezado por grande parte da sociedade: o direito à cidade.

A cidade é “a tentativa mais coerente e, em termos gerais, mais bem sucedida de refazer o mundo em que vivemos. (...) Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo.”[1]

[1] PARK, R. *On social control and collective behavior*. Chicago, Chicago University Press, 1967.

Desta forma, o tipo de cidade que queremos não pode ser separado do tipo de pessoas que queremos ser. O direito à cidade passa a ser muito mais do que apenas o acesso individual aos recursos oferecidos pelo espaço urbano: é um direito de reinventar a cidade conforme nossos mais profundos anseios. Além disso, se caracteriza muito mais como um direito coletivo do que individual, uma vez que reinventar o espaço depende do exercício de um poder de grupo sobre o processo de urbanização.

Evidenciam-se então diversos movimentos sociais urbanos que buscam reconfigurar a cidade, de modo que se diferencie do modelo dado pelos empreiteiros, apoiados pelo capital privado e por um aparato estatal que parece somente conceber o espaço urbano em termos de negócios e empreendimentos.[2]

A cidade de São Paulo é palco de grandes projetos imobiliários de desenvolvimento urbano, que implicam na apropriação intensiva dos recursos e do espaço público. Ocorre uma completa modificação da geografia urbana e a percepção do espaço passa a ser definida pela velocidade, inviabilizando o reconhecimento pedestre. Os espaços públicos, como parques e praças (ainda não privatizados), perdem toda significação e uso, transformando-se em um terreno vago. Estes espaços incertos, além de representarem a instabilidade do tecido urbano, são também o espaço do possível, onde muitos dos movimentos sociais urbanos irão atuar. [3] Este é o caso do Parque Augusta.

Projetado por Victor Dubugras para servir de quintal para a residência da família Uchôa em 1902, o Parque Augusta, onde antes havia um casarão enorme, passou pelas mãos das religiosas de Nossa Senhora das Cônegas de Santo Agostinho (1906 a 1974), da Construtora japonesa promissora Teijin (1974 a 1996), do ex-banqueiro Armando Conde (1996 a 2013), das construtoras Cyrela e Setin (2013 a 2017), e hoje se encontra em situação instável de trâmite entre a prefeitura e as construtoras, que mantêm o acesso ao Parque fechado e escondem seu interior com tapumes sobre os muros.

Tombado desde 14 de dezembro de 2004, pela RESOLUÇÃO Nº23 do CONPRESP, o terreno do Parque Augusta ainda possuí um destino desconhecido, muito por conta dos movimentos sociais que protestam enfaticamente por um “Parque 100% verde”. Um desses movimentos sociais denomina-se Organismo Parque Augusta (OPA) e vem atuando insistentemente através de assembleias e ocupações para a abertura do Parque. Além do

[2] HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

[3] PEIXOTO, N. B. *Paisagens urbanas*. São Paulo, Senac, 2004.

OPA, há também três movimentos sociais importantes que tratam da questão do Parque: os Aliados do Parque Augusta, Parque Augusta sem Prédios e a Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores do Bairro de Cerqueira César (SAMORCC), que também entrarão nesta pesquisa.

Qual é a influencia destes movimentos sociais no desenvolvimento urbano da cidade? Será que conseguem reverter ou direcionar as medidas tomadas relacionadas ao espaço de São Paulo? Como os empreiteiros, o poder público, e cidadãos de diferentes classes vêem estes ativistas? É possível traçar um perfil individual nestes movimentos sociais? Até que ponto eles continuam lutando? A luta persiste mesmo quando extrapola a zona de conforto? A luta em si já é a extrapolação da zona de conforto? Para quem é interessante ter o Parque 100% verde? Será que com a abertura do Parque Augusta não ocorrerá uma gentrificação? O que os moradores do entorno da região pensam sobre o terreno? Como a mídia vê o Parque Augusta? Qual a história por trás deste espaço cheio de polêmicas? Qual a situação atual do Parque?

Estas são algumas de várias perguntas que me motivaram a realizar esta pesquisa. No decorrer do trabalho pretendo responder a maioria destas perguntas, porém outras permanecerão sem resposta, isto porque, primeiro: o trabalho é restrito e os questionamentos extensos; e segundo: o Parque é mutante. Como assim mutante? Isso mesmo, meu objeto de estudo – o Parque Augusta – é mutante, ou seja, não estou pesquisando algo que já aconteceu ou irá acontecer, mas sim o que está acontecendo – por exemplo, quando escrevi a primeira parte desta introdução o Parque estava perdido no mapa, e os ativistas tinham medo de que a gestão do atual prefeito da cidade de São Paulo João Doria pudesse acabar com ele; porém agora, escrevo estas linhas ciente de várias mudanças, rápidas e significativas para o movimento – “Doria decide criar parque Augusta e vai oferecer terrenos a construtoras. Prefeito informou Ministério Público que já negocia com Setin e Cyrela; para secretário, caso deve ser resolvido em 30 dias”. Esta foi uma das manchetes do Estadão no dia 19/04/17, que balançou todas as organizações envolvidas na criação do Parque.

Nada impede que amanhã o jogo vire e tudo que está escrito nesta pesquisa se torne ultrapassado, por isso o Parque é mutante, e é exatamente por isso que está pesquisa é tão intrigante. O Doria irá criar o Parque de fato? Se sim, será que doar terrenos em regiões mais periféricas para as construtoras não será prejudicial para a população da nova vizinhança destes arranha-céus? Como será este novo Parque da gestão Cidade Linda? Será um Parque privatizado, higienizado, e da alta classe? Quem quer isso? Terá mesmo gestão comunitária?

Se o Parque Augusta for criado, o que acontecerá com os movimentos sociais que lutaram tanto por sua consolidação, irão desaparecer ou permanecer? E assim, a cada mudança que a situação do Parque sofre, mais um punhado de questionamentos são despertados e passam a compor este trabalho.

Para satisfazer o papel deste pequeno excerto introdutório, devo avisar ao leitor desta monografia que este é um trabalho escolar, e tem suas limitações – é desenvolvido em apenas um ano letivo, conjuntamente a outras demandas da escola para com o aluno, por isso é restrito. Daqui para frente, você leitor irá encontrar uma série de capítulos discorrendo sobre a questão dos movimentos sociais urbanos relacionados ao Parque Augusta. Com esta pesquisa procuro entender melhor estes movimentos, analisando organizações majoritariamente burguesas e de caráter ambiental, porém minimamente representativas. Só não podemos esquecer que há vários outros movimentos sociais organizados em outras classes, que são muito mais importantes que a luta por um reduto verde no centro da cidade de São Paulo. Finalizo a parte introdutória da minha pesquisa que aqui segue.

Capítulo 1: a vida do Parque Augusta

Com aproximadamente 25 mil m^2, localizado na Rua Augusta, entre a ruas Caio Prado e Marquês de Paranaguá, no bairro da Consolação (centro de São Paulo), o terreno que hoje é chamado de Parque Augusta já sofreu diversas alterações, tanto populares quanto fruto de especulações imobiliárias.

A história do terreno começa – pelo menos até onde temos informação – no início do século XX, quando em 1902 o arquiteto francês Victor Dubugras projeta o palacete residencial para a família Uchôa. “A volumetria da Vila Uchoa impressiona, se comparada aos palacetes da época: poucos equivaliam a ela em ortogonalidade. As janelas retangulares, excepcionalmente austeras, possuíam venezianas e vidros. Os elementos mais rebuscados estavam no topo do torreão e na porta principal, contrastando às lisuras de um volume econômico nos relevos”[4].

Quatro anos depois o terreno foi vendido para as religiosas de Nossa Senhora das Cônegas de Santo Agostinho, que, após um ano, em 1907, utilizaram o palacete já construído e o ampliaram para inaugurar o *Des Oiseaux*, um colégio tradicional de ensino para garotas paulistanas. “Os amplos jardins, frontais e laterais do edifício garantiam a distância espacial

[4] MYIOSHI, A. *Victor Dubugras, arquiteto dos caminhos*. Campinas, IFCH/Unicamp, 2012.

conveniente da rua, à semelhança do que ocorria com as habitações das camadas de alta renda instaladas nesta parte da cidade. A extensão desses jardins permitia a entrada de automóveis transportando as alunas, transformando as saídas do colégio em um espetáculo para ser visto à distância pelos transeuntes do bairro"[5]. Em suma, no começo do século XX, o terreno do atual Parque Augusta era ocupado e frequentado pela alta classe paulistana, que ostentava poder político e econômico.

Em dezembro de 1970, saiu uma matéria no Estado de São Paulo referente ao fechamento do *Des Oiseaux* e as propostas para utilização futura do terreno, levantadas pela Associação Instrutora da Juventude Feminina, da qual as Cônegas de Santo Agostinho faziam parte. "A conclusão em que chegaram é que a sua melhor utilização seria a construção de um prédio de apartamentos destinado à classe média, para atender principalmente elementos que trabalhem no centro da cidade. (...) Com relação ao uso do prédio do *Des Oiseaux*, na rua Caio Prado, deverá ser alugado para a Prefeitura, que irá transferir alguns de seus órgãos para lá. Entre outros, o Departamento de Educação, que está funcionando precariamente no subsolo do prédio da Câmara"[6]. Em vista do acelerado crescimento econômico dos arredores que ameaçava engolir a área do Parque Augusta especulativamente, ainda em 1970, o terreno foi decretado de utilidade pública para ser transformado em um parque, inviabilizando assim qualquer tipo de empreendimento imobiliário proposto para a região.

O Colégio ficou aberto por 64 anos. Em 1971, durante os anos de chumbo da ditadura militar, quando teve suas atividades enceradas, o Cursinho Equipe, de posicionamento político à esquerda com origem na Faculdade de Filosofia da USP, instalou-se no prédio das Cônegas – "No lugar das alunas, que tinham o francês como segunda língua, as salas do Des Oiseaux foram ocupadas até 1975 [1974] por alunos mais descontraídos do curso pré-vestibular Equipe"[7]. Neste mesmo período, com a construção de um centro cultural autônomo a partir de alunos do Cursinho, organizavam-se shows no terreno com os mais diversos artistas – Caetano, Gilberto Gil, Cartola, Elba Ramalho, os Novos Baianos, Raul Seixas, todos misturados com os alunos descontraídos do pré vestibular Equipe.

Em 1973, empreiteiros interessados em construir no terreno um hotel com 1400 apartamentos, na época avaliado em 40 milhões de dólares, junto à câmara de vereadores,

[5] PEROSA, G. S. *A aprendizagem das diferenças sociais: classe, gênero e corpo em uma escola para meninas*. Campinas, Cadernos Pagu/Unicamp, 2006

[6] O ESTADO DE SÃO PAULO. *Em 1971, o fim do "Des Oiseaux".* São Paulo, 18dez: p.20, 1970.

[7] O ESTADO DE SÃO PAULO. *Des Oiseaux virou estacionamento*. São Paulo, 18mar: p.128, 1997.

conseguiram reverter a situação jurídica e anular o Decreto de Utilidade Pública (DUP) de 1970. Além disso, conseguiram o apoio para a realização do projeto tendo como argumento a preservação da área verde, sendo que somente cinco árvores seriam derrubadas, duas delas que poderiam ser replantadas. Dessa forma, em 1974, o prédio do antigo Colégio foi demolido, porém, o empreendimento hoteleiro não foi levado para frente e o terreno passou a servir de estacionamento. Em 1977, a construtora japonesa Teijin adquiriu o terreno, e prometeu construir o maior conjunto hoteleiro turístico do hemisfério sul.

Por conta da crise no mercado imobiliário paulistano na década de 1970, novamente o projeto não saiu do papel. Ainda sob a administração da construtora Teijin, o terreno aportou shows de Rock e MPB sob uma lona circense em 1980. Em 1995 a Teijin alocou o terreno para a MetroPark, e logo depois o vendeu para o ex-banqueiro do BCN Armando Conde, da Acisa Incorporadora. O terreno passou então de estacionamento provisório a permanente, até que em 2002, com a renovação do Plano Diretor, foi prevista a criação de um parque no local, e dois anos depois, através da resolução 23/04, o conjunto arbóreo que integra o bosque e as edificações remanescentes do antigo Colégio *Des Oiseaux* foram tombados pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Compresp).

Este processo de tombamento teve início com a solicitação de um morador da região, que através de três pedidos consecutivos para o tombamento da área (o primeiro em 1994 e o último em 1997), conseguiu a abertura de um processo em 2001 para finalmente tombar o imóvel que abriga um grande número de variedades de árvores no coração da cidade de São Paulo, que se encontrava à venda e sujeito a investimentos imobiliários na forma de edificações, como consta na solicitação original encaminhada a Paulo Henrique Azevedo (Compresp) em 28 de outubro de 1997.

Dois anos depois do tombamento, em 2006, Armando Conde anunciou a construção de um hipermercado com preservação de 10 mil m^2 de parque e corte de 45 árvores no terreno. Com esta notícia, houve pela primeira vez uma mobilização popular massiva dos moradores da região para impedir o empreendimento, fizeram protestos e um abaixo assinado, iniciando assim o embate popular pelo Parque Augusta que persiste até hoje.

Novamente o projeto não foi para frente, mas não por conta de uma crise financeira como no caso do empreendimento hoteleiro da Teijin, mas porque a implantação do hipermercado não foi aprovada pelo Compresp, assim como a construção de três torres

comerciais de 38 andares, proposta pelo Armando Conde logo após a não aprovação do projeto anterior. Permaneceu então o estacionamento.

Em 2008, o até então prefeito de São Paulo Gilberto Kassab promulgou um segundo DUP aos moldes do de 1970, dificultando ainda mais o empreendimento imobiliário no terreno. Porém, neste mesmo ano, o Compresp aprovou a construção de três edifícios (12, 15 e 15 andares), com ocupação de 20% da área, avaliado em 33 milhões de reais na época. Mas, da mesma forma que os anteriores, o projeto emperrou e não saiu do papel. Dois anos depois, ocorreu uma grande manifestação popular autônoma pela criação do Parque Augusta, o que levou a questão daquele terreno novamente à tona - em 2011 foi aprovado em 1ª votação na Câmara dos Vereadores a criação de um parque naquele local.

2013 foi um ano importante para o Parque Augusta, a história do terreno sofreu novas interferências: caducou o DUP de 2008; formalizou-se a venda do terreno para as construtoras Setin e Cyrela, por 8 milhões de reais; o prefeito Fernando Haddad sancionou a lei 15.941/2013 autorizando a criação do Parque em 100% do terreno; e, 6 dias depois de sancionada a lei de criação do Parque, os portões foram fechados pelas construtoras.

Capítulo 2: (r)existe

Até meados de 2013, a luta pela consolidação do Parque Augusta não tinha apoio massivo da população jovem, e muito menos alcance na mídia. Nesta época, os movimentos sociais Aliados do Parque Augusta e Parque Augusta sem Prédios, estruturavam a luta por este reduto verde no centro de São Paulo. Com o fechamento dos portões do Parque, a população jovem começou a se engajar e participar do movimento. “Como resposta a uma nova investida dos proprietários em construir prédios no terreno e a necessidade em se fazer pressão pela sanção de um projeto de lei que oficializaria o Parque Augusta”[8] criou-se então o Organismo Parque Augusta (OPA), um movimento heterogêneo, apartidário e horizontal. Seus objetivos, desde o princípio, podem ser resumidos em três principais: (a) impedir a construção de torres no terreno; (b) transformar o terreno em espaço 100% público, com desapropriação não onerosa à prefeitura; e (c) a criação de novos métodos de gestão para espaços públicos, o que possibilitaria uma gestão diferenciada que fosse realmente pública e não pautada pelo mercado imobiliário e pela iniciativa privada.

[8] ORGANISMO PARQUE AUGUSTA. *Revista OPA: n.2*. São Paulo, OPA, 2014.

Além desses três movimentos sociais, a SAMORCC (Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores do Bairro de Cerqueira César) também vem lutando pela criação do Parque Augusta, porém funciona de forma hierárquica não horizontal. Além disso, não trata apenas da questão do Parque, mas sim de diversas outras pautas referentes ao bairro Cerqueira César em geral.

Durante o ano de 2014, as construtoras buscaram aprovar outros projetos pelo Compresp, que foram negados; enquanto os movimentos sociais buscaram uma forma de reabrir os portões e concretizar o Parque. No início de 2015, os ativistas se apropriaram do terreno e permaneceram por 45 dias em uma espécie de laboratório sócio-político de construção do Parque Augusta – uma vigília criativa –, porém foram retirados com um pedido de reintegração de posse por parte das construtoras. Os ativistas conseguiram transformar a área em uma ZEPAM (Zona Especial de Proteção Ambiental), dificultando ainda mais a possibilidade de empreendimentos no Parque. No início de 2016 o Ministério Público Estadual (MPE) deu novas esperanças aos defensores do Parque Augusta, alegando que as construtoras não haviam cumprido o que estava previsto na matrícula original do terreno e pedindo a devolução da área à administração municipal. Além disso, estipulou uma multa de 500 mil reais por dia que o Parque esteve fechado.

Porém, o posicionamento do MPE não repercutiu suficientemente e, no final de 2016, os ativistas que lutaram em 2013 e ocuparam o Parque em 2015, estavam conformados com o eminente empreendimento que seria construído no terreno, já preparados para pensar na convivência dos arranhásseis com o bosque que permaneceria aberto à população. Com a relação difícil estabelecida na gestão Haddad, e a impossibilidade de viabilização efetiva do Parque neste período, a eleição do prefeito João Doria representava o fim para aqueles que sonhavam com o Parque 100% verde. De fato, Doria procurou viabilizar o empreendimento da construtora de seu amigo Horn (responsável pela Cyrela), porém o MPE impediu que isto ocorresse. Deste modo, no início de 2017, utilizando uma estratégia mencionada por ativistas anteriormente, Doria anunciou a criação efetiva do Parque Augusta através da permuta de terrenos.

Houve então uma retomada da luta, o OPA passou a promover assembleias onde se juntaram representantes dos Aliados e do Parque Augusta sem Prédios. Desta forma, criou-se um quarto movimento popular que englobou os outros três já existentes – o Movimento Parque Augusta –, apenas deixando de fora a SAMORCC, que continuou paralelamente na briga pelo Parque.

A Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) junto ao MPE se posicionaram abertos para pensar junto com o Movimento e a comunidade uma forma horizontal de viabilizar o Parque Augusta, fomentando uma construção de baixo para cima pautada na democracia direta; por outro lado, as construtoras, junto à Prefeitura, se mostraram decididas a pensar um Parque de gestão privada, idealizando um processo de cima para baixo, onde eles pensariam o projeto e depois o levariam pronto à comunidade. No mês de julho de 2017 o Movimento realizou o *Fórum Permanente de Construção do Projeto Coletivo do Parque Augusta*, a partir de assembleias constantes e reuniões populares que se seguiram durante o mês, buscaram consolidar um projeto comunitário para o Parque, enfatizando a sua construção no modelo de baixo para cima.

Outra pauta da luta do Movimento hoje, consiste na forma que se dá a permuta, até então sigilosa e negociada apenas entre a prefeitura e as construtoras. Eles exigem uma transparência no processo e meios justos de realizar essa troca. Os ativistas lembram da multa que começara a ser cobrada pelo MPE em 2016, avaliada em 500 mil reais por dia do Parque fechado ilegalmente, somando em 2017 594 milhões de reais, que poderiam ser pagos à prefeitura pela transferência do terreno à cidade, além do montante restante ser usado para viabilizar outras áreas verdes em São Paulo. A proposta da permuta propõe que esta multa seja anulada e que as construtoras recebam um terreno de igual valor para entregar o Parque à Prefeitura, apenas contribuindo com 30 milhões para sua implantação (incluindo a construção de uma creche e um centro temporário de acolhida na Cracolândia).

O terreno que será permutado possui 18.000 m^2 e localiza-se na Marginal Pinheiros que, além de ser em área nobre da cidade, possui potencial de construção máximo. Frente a esta proposta de permuta, o Movimento Parque Augusta se posicionou veemente contrário, enquanto a SAMORCC, liderada pela figura de Célia Marcondes (atual presidente), se mostrou satisfeita.

Claramente encontramos aí um conflito de interesses, entre o poder público e a iniciativa privada, uma vez que a permuta é altamente favorável às construtoras. Para agravar ainda mais a situação, "o secretário de Investimento Social da gestão Doria, Cláudio Carvalho, era vice-presidente da Cyrela, onde trabalhou nos últimos 12 anos até assumir a pasta, em junho deste ano. Doria é explicitamente próximo aos executivos da construtora, que doou no início deste ano a reforma dos banheiros públicos do parque Ibirapuera"[9].

[9] BETIM, F. *A nova área verde de São Paulo é um "negócio da China" para as construtoras*. São Paulo, El País, 2017.

Capítulo 3: obstáculos sociais

Como se não bastassem as dificuldades na luta dos movimentos sociais urbanos pela consolidação do Parque Augusta, que vão contra os interesses da prefeitura e das construtoras, há diversos obstáculos sociais que devem ser enfrentados entre os próprios movimentos.

Não necessariamente todos que lutam pela mesma causa possuem os mesmos valores, no caso do Parque Augusta isto é bem evidente: frente à resolução dada ao Parque através da permuta pelo atual prefeito de São Paulo João Dória, a SAMORCC comemora a conquista após tantos anos de luta e o parabeniza pela solução rápida e eficiente; enquanto o Movimento Parque Augusta pensa diferente, “A gente exige o contrário do acelera São Paulo. Com uma luta de tantos anos, por que precisa definir assim dessa forma? (...) as construtoras estão cheias de multas, o terreno é um mico imobiliário que eles teriam muitas dificuldades de construir (...) Somos contra a privatização, mas também questionamos o atual modelo de gestão pública centralizada. Gostaríamos que fosse público de fato. Gerido pela comunidade. Que a gente pudesse criar um modelo de gestão novo, que levasse em conta essa possibilidade da participação popular"[10].

Está aí um primeiro exemplo de obstáculo social, apesar de ambos lutarem pela consolidação do Parque Augusta. A SAMORCC, que na época em que os Aliados, o Parque Augusta sem Prédios e o OPA se juntaram, recusou-se a fazer parte do Movimento, apresenta uma visão completamente diferente do processo de criação do Parque que a visão defendida pelos ativistas.

Outro obstáculo pode ser encontrado ainda dentro do Movimento Parque Augusta: este que prega a horizontalidade, promovendo a voz coletiva através das manifestações individuais livremente, possuí grandes conflitos internos – as discussões, muitas vezes acaloradas, evidenciam brigas de ego e acirramento entre diferentes pontos de vista. Além disso, o processo de construção através de assembleias, característico da democracia direta, é muito mais demorado que as decisões tomadas seguindo um padrão democrático representativo, e na atualidade, onde tempo é dinheiro, isto representa uma grande dificuldade de inserção deste modelo horizontal na sociedade.

[10] Idem, Ibidem.

Outro obstáculo enfrentado pelos movimentos sociais urbanos está estritamente relacionado à mídia. A briga pelos terrenos públicos não se dá apenas nas ruas e órgãos governamentais, mas também no ideário popular, influenciado principalmente pela mídia. Os grandes jornais (impressos e televisionados), na maioria das vezes ainda conservadores, sempre foram muito influentes e tinham monopólio da informação. Porém, com o crescente uso de dispositivos móveis e da Internet, estes tiveram que dividir espaço com meios alternativos de veicular notícias que passaram a circular na rede.

Os movimentos se aproveitam destas novas ferramentas de comunicação de modo que se estruturam nas redes sociais. Desta forma, circulam informação para desmentir jornais e tentam relatar os acontecimentos de outro ponto de vista. Porém, a utilização da Internet não é sempre benéfica, o movimento popular Occupy Wall Street de setembro de 2011, que tomou as ruas de Manhattan protestando contra a desigualdade econômica e social, a corrupção e a indevida influência das empresas no governo dos Estados Unidos (novamente o conflito de interesses entre o setor público e a iniciativa privada), foi prejudicado pelo uso da Internet, como relata Micah White, um dos fundadores do movimento, em entrevista à Carta Capital: "com o tempo, a internet passou a ser prejudicial, porque (...) o protesto parecia melhor no Facebook do que ele era nas ruas. Isso é negativo porque as pessoas começam a preferir a experiência online à do mundo real"[11]. Podemos perceber que mesmo sendo uma grande facilitadora da mobilização popular, a Internet pode enfraquecer os movimentos, é uma faca de dois gumes muito difícil de ser utilizada. O Movimento Parque Augusta se estrutura completamente na plataforma do Facebook, o que pode acabar gerando diversos problemas como os enfrentados pelo Occupy Wall Street.

Voltando à polaridade entre a SAMORCC e o Movimento, podemos nos questionar sobre qual dessas duas visões referentes ao processo de criação do Parque mais representa a comunidade. Por ser horizontal e defender a proposta da democracia direta, onde o povo realmente será ouvido, estamos tendenciados a optar pelas ideias do Movimento como as ideias da comunidade. Porém, não podemos esquecer que a cidade de São Paulo elegeu no primeiro turno de 2016 o prefeito João Dória, que defende muito mais a visão processual de cima para baixo da SAMORCC do que a ideia horizontal do Movimento. Novamente, mais um obstáculo social: um movimento social urbano pode representar os desejos de uma sociedade?

[11] PELLEGRINI, M. *A democracia está em crise porque o dinheiro controla governos*. São Paulo, Carta Capital, 2015.

Não pode, não de uma sociedade inteira, apenas de uma parcela. Se pensarmos em quem constitui o Movimento Parque Augusta podemos traçar um perfil à risca: classe média, ensino superior completo, natureba, ideais políticos de esquerda, etc., ou seja, uma pequena parcela burguesa que detém tempo para lutar pelo seu direito à cidade verde. Portanto, não se pode dizer que o Movimento, nem a SAMORCC, representam os desejos da sociedade para o Parque Augusta.

Ainda outro obstáculo enfrentado pelo Movimento diz respeito à possibilidade de uma horizontalidade completa. Nas assembleias, apesar de todos terem voz, há sempre aqueles ativistas que se colocam mais e se dispõem a realizar mais tarefas pelo Parque. Desta forma, criam-se lideranças, o que impossibilita a horizontalidade 100% em todo o processo, colocando em cheque ainda mais a capacidade de se representar a comunidade.

Capítulo 4: para além do Parque Augusta

O Parque Augusta não é um caso isolado. Se vasculharmos um pouco, podemos achar dezenas de Parques Augusta espalhados pelas cidades de todo o mundo. Cada espaço urbano tem características específicas, e por isso cada luta é diferente, porém são todas similares. A maioria dos movimentos sociais hoje no Brasil são frutos da canalização da insatisfação difusa que alimentou as jornadas de junho de 2013 pela redução da tarifa do transporte coletivo. Essa convergência de levantes populares em vários pontos do país parece procurar uma nova forma de política lutando pelo direito à cidade, transformando seus espaços vazios em lugares plenos de significado. Com a percepção de que a política tradicional não se mostra mais aberta à verdadeira participação popular, mas apenas a sua simulação, estes movimentos trazem à tona a velha tática de “ocupar” a cidade.

Em Recife, Pernambuco, encontra-se um Parque Augusta de história bastante polêmica. O “terreno de 100 mil m^2 no centro da cidade, conhecido como Cais José Estelita, foi arrematado à União por um consórcio formado por quatro grandes construtoras, em leilão realizado em 2008. Formado por Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos, o consórcio pretende implementar na área o chamado Projeto Novo Recife, que prevê a construção de 12 torres residenciais e comerciais, com cerca de 40 andares”[12]. Assim como o Parque Augusta, o Estelita é mais um grande terreno público ameaçado pela

[12] ROLNIK, R. *Uma outra cidade é possível?*. Internet, Yahoo Notícias, 2014.

iniciativa de construtoras que estão causando sérios danos ao meio ambiente e à população local, além de acirrar a desigualdade e gentrificar exponencialmente as áreas onde atuam.

Majoritariamente formado por estudantes, artistas, arquitetos, jornalista e cineastas, o movimento popular Direitos Urbanos se consolidou em 2008, reivindicando o direito comum pela cidade de Recife, que já estava tomada pela especulação imobiliária. Em 2012, com o anúncio do empreendimento do consórcio no Estelita, os ativistas, junto com parte da população local, se mobilizaram para impedir que as 12 torres fossem erguidas. Em 21 de maio de 2014, um ano antes da ocupação no Parque Augusta, como resposta à iniciativa de demolição dos antigos armazéns do Cais José Estelita, alguns ativistas dos Direitos Urbanos se prontificaram e iniciou-se um acampamento na parte interna do terreno. A ocupação, que permaneceu durante 26 dias até ser surpreendida pela violência da polícia militar, marcou o início de um novo movimento popular que manteve a luta pelo Cais nos anos seguintes, o Movimento Ocupe Estelita.

Assim como a luta pelo Parque Augusta, a briga pelo Estelita encontra como um de seus principais obstáculos o forte vínculo entre o poder público e a iniciativa privada. Há falta de diálogo e de consulta popular sobre o desenvolvimento da cidade, mas o mais preocupante é a situação extremamente benéfica na qual as empreiteiras são colocadas, uma relação que se encaixa perfeitamente nos cenários tanto paulista quanto pernambucano, um conflito de interesses que vem se tornando muito comum não só no Brasil, mas também no mundo – "são as maiores construtoras que fazem doações de campanha. E essas construtoras querem contrapartida. Isso gera uma espécie de promiscuidade entre a iniciativa privada e o poder público"[13].

A área do Cais José Estelita, assim como o Parque Augusta e o terreno que está para ser permutado às margens da Marginal Pinheiros, apesar de estar abandonada encontra-se em um ponto estratégico da cidade. Outra semelhança entre Estelita e o Parque Augusta permeia a questão monetária que envolve a compra e venda dos terrenos. No caso de Recife, a área do Cais foi comprada por pouco menos de R$ 500,00/m^2, enquanto a região estava avaliada na época em R$ 5.673,00/m^2; do mesmo jeito que a Setin e Cyrela adquiriram o terreno do Parque Augusta por apenas 8 milhões de reais.

Na Turquia, há outro grande Parque Augusta. Estabelecido em 1940, o Parque Gezi é um dos últimos espaços no centro da cidade de Istambul que ainda é público e não

[13] TRUFFI, R. *A batalha pelo Cais José Estelita*. São Paulo, Carta Capital, 2014.

comercializado. A intenção do governo turco no começo de 2013 era transformar o terreno do Parque em um grande shopping – quando colocado na área central de uma cidade um shopping serve de praça e rua. Onde antes os passantes podiam conviver a céu aberto, passam a interagir dentro de um ambiente claustrofóbico, constantemente bombardeados por propagandas e incentivados ao consumo desenfreado. O shopping é um ótimo substituto para um parque. Em maio de 2013, houve uma grande mobilização popular que promoveu protestos e a ocupação do Parque por um período. Semelhante ao caso do Parque Augusta e Estelita, o movimento popular que iniciou a luta pelo Parque Gezi, que se envolve com várias lutas contra projetos urbanísticos neoliberais na Turquia – também teve que enfrentar a comunhão entre o poder público, representado pelo até então primeiro ministro Erdogan, e as construtoras, muitas dirigidas por seus amigos e até parentes. Os protestos, que se iniciaram reivindicando o Parque Gezi, serviram de estopim para uma luta maior contra o crescimento forte do setor de construção e o desenvolvimento social desigual em Istambul, foi a maior manifestação popular da história da Turquia moderna, servindo de base para vários movimentos sociais, assim como os protestos pela redução da tarifa em 2013 no Brasil.

Outro espaço urbano de disputa popular encontra-se a menos de um quilometro do Parque Augusta. O Elevado João Goulart, mais conhecido como Minhocão, é uma grande polêmica para a cidade de São Paulo. Construído durante a ditadura militar por Costa e Silva, abafou a rica Avenida São João e foi um dos grandes responsáveis pelo empobrecimento das áreas centrais da cidade. Hoje, é um problema suspenso com mais de 3 km de extensão. Alvo de diversos movimentos sociais, a questão do Minhocão tem várias soluções, desde a destruição total até sua transformação em parque suspenso. No final das contas, mesmo com a atuação dos movimentos sociais, o Elevado permanece como via expressa e é aberto aos pedestres durante os fins de semana, feriados e madrugadas.

Um grande problema enfrentado pelos ativistas dos movimentos vinculados à causa do Minhocão, diz respeito à questão da gentrificação. A construção do Elevado empobreceu a área, que hoje serve de moradia para uma população de baixa renda e abriga uma grande quantidade de moradores de rua. Os movimentos, que são contra a gentrificação que traz um acirramento da desigualdade social, são colocados em dúvida: se o Minhocão virar parque, a área será valorizada e as pessoas que antes moravam lá serão obrigadas a se retirar para dar lugar a uma nova elite paulista; se for derrubado, a área também irá valorizar expulsando os moradores da região. Este problema também é enfrentado pelo Movimento Parque Augusta, a

consolidação efetiva do Parque pode gerar uma gentrificação na área tornando o espaço, que idealmente para os ativistas seria comum a todos, em uma praça elitista.

Bom, quando falamos de movimentos sociais urbanos não podemos deixar de falar da luta por moradia. Apesar de ser diferente da briga pelo Parque Augusta, Gezi, Estelita e Minhocão, os movimentos envolvidos na questão da moradia enfrentam problemas similares. A luta por moradia busca se apropriar e resignificar o espaço urbano para uma forma mais igualitária, buscando oferecer aos que não têm aquilo que lhes é de direito. Lutam contra a especulação imobiliária e as construtoras, que obviamente não querem ceder espaços urbanos aos que precisam, mas sim vendê-los às classes favorecidas.

Todos estes movimentos sociais, que lutam por seus Parques Augusta, têm como um de seus principais objetivos a igualdade: discutindo sempre suas ações em assembléia, sem calar a voz de ninguém, eles possibilitam o vislumbre de uma política pública de fato. Há uma crescente crise da democracia representativa, que dá espaço para todas essas manifestações populares, jogando luz sobre um novo fim, onde a democracia direta possa reinventar o espaço urbano.

Considerações Finais: e agora?

A polêmica do Parque Augusta, que se iniciou a mais de 40 anos com a destruição do antigo prédio do Colégio *Des Oiseaux*, nunca esteve tão perto de um fim. Porém, isso não quer dizer que a mobilização popular irá se satisfazer. Segundo os ativistas do Movimento, a questão do Parque Augusta nunca será solucionada, a luta é constante e interminável. As discussões sobre este terreno ainda são muitas, o tramite da permuta e o proceder da gestão do Parque são dois assuntos que ainda demandarão muito embate entre a comunidade, prefeitura e a iniciativa privada.

Assim como os outros movimentos sociais urbanos citados nesta pesquisa, a vanguarda que luta pelo Parque Augusta busca uma nova política pública no meio desta crise da democracia representativa. Não é possível que se tenha uma sociedade completamente dirigida por uma política de democracia direta, porém a ideia de utilizar esta nova forma de pensar a cidade em pequenos núcleos, como já ocorre no Movimento, vem se tornando cada vez mais coerente.

O futuro certo deste pequeno reduto verde no centro da cidade de São Paulo não pode ser determinado, mas sabemos que a luta pela sua consolidação de baixo para cima

permanecerá. O Movimento tem uma visão progressista e o intuito de implantar uma gestão comunitária no Parque, que poderá revolucionar a forma como vemos o espaço público na cidade de São Paulo. Todos estes movimentos sociais urbanos tentam retomar esse direito à cidade que foi retirado da população no processo de urbanização, buscam quebrar a barreira social construída entre os que podem e os que servem, transformando o espaço, que hoje é desigual, em comum.

Desta forma, gostaria de concluir minha pesquisa deixando clara a importância destes movimentos sociais para o espaço urbano, principalmente na cidade de São Paulo, que se encontra ameaçada pela visão empreendedora do atual prefeito João Doria. Essas resistências, tanto no Brasil como pelo resto do mundo, mostram um novo caminho para a política que é tão mal vista nos dias de hoje. Porém, não podemos deixar de criticar e entender que é apenas uma pequena parte da população que se envolve nestes movimentos, botando em cheque a representatividade real deles. Além disso, decorrente da horizontalidade, os conflitos internos podem causar divergências cruciais que acabem por prejudicar a comunidade, e mais, a horizontalidade 100% é praticamente impossível, sempre há alguns ativistas que se manifestam mais e acabam ocupando uma certa posição de liderança, fragilizando o ideal da democracia direta sem representantes.

E agora? Será que o Movimento conseguirá abrir um Parque Augusta de fato comunitário, e mostrar para São Paulo que é possível um jeito de pensar a cidade mais democrático? Ou será que o Parque se tornará uma praça elitista de gestão privada? O Parque Augusta continua sendo mutante, não deixará de ser.

Bibliografia

AMORIM, K. *Novo Recife apresenta novo projeto imobiliário no Cais José Estelita, em Pernambuco*. Portal PINIweb, Urbanismo, Notícias, 2014. http://www.au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/urbanismo/novo-recife-apresenta-novo-projeto-imobiliario-no-cais-jose-estelita-330413-1.aspx [5ago17]

BARATTO, R. *Projeto #penserecife – uma proposta de ocupação do cais José Estelita em Recife – PE*. Arch daily, 2014. http://www.archdaily.com.br/br/621126/projeto-numero-penserecife-uma-proposta-de-ocupacao-do-cais-jose-estelita-em-recife-pe [5ago17]

ROLNIK, R. *Uma outra cidade é possível?*. Internet, Yahoo Notícias, 2014. https://br.noticias.yahoo.com/blogs/habitat/uma-outra-cidade-%C3%A9-poss%C3%ADvel-192828313.html [5ago17]

BATISTA, L. *Era uma vez em SP... Colégio Des Oiseaux*. Acervo Estadão, 2015. http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,era-uma-vez-em-sp-colegio-des-oiseaux,11116,0.htm [18jun17]

BETIM, F. *A nova área verde de São Paulo é um "negócio da China" para as construtoras*. El País, São Paulo, 2017. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/18/politica/1500413441_128758.html [24jul17]

COUTNHO, K. TAVARES, V. *'Ocupe Estelita' acalora discussão sobre espaço urbano do Recife*. Globo Nordeste, Pernambuco, 2014. http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/09/ocupe-estelita-acalora-discussao-sobre-espaco-urbano-do-recife.html [5ago17]

G1 PE. *Ato contra plano para o Estelita dura 5h e acaba em shopping do Recife*. Globo Nordeste, Pernambuco, 2015. http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/05/ato-contra-plano-para-o-estelita-dura-5h-e-acaba-em-shopping-do-recife.html [5ago17]

HARVEY, D. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LIRA, A. PEKÜNKÜ, Z. ANEAS, A. *Recife, Istambul, São Paulo*. Nossa Voz, nº 1014, Casa do Povo. https://issuu.com/casadopovo/docs/_nv_04_finalbx_mail [5ago17]

MOREIA, M. MARTINS, M. *O que a imprensa do Recife não conta sobre o Estelita*. Carta Capital, Política, Recife, 2014. https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupeestelita-em-pe-3964.html [5ago17]

MYIOSHI, A. *Victor Dubugras, arquiteto dos caminhos*. IFCH, Unicamp, 2012. http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2012%20-%20artigo%204.pdf [18jun17]
NASRAUI, L. A. S., LUCIO, C. F. *AUGUSTA CIDADE: Um Parque Apropriado?*. Anais do 5° Seminário de Iniciação Científica da ESPM-SP. São Paulo. 2016. http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/semic_2016_-_luisa_nasraui.pdf [18jun17]

OLIVEIRA, A. *"Na era Lula achávamos que a cidade seria democratizada, mas não foi"*. Brasil, El País, 2016. https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/05/politica/1452026126_799483.html [5ago17]

PARK, R. On social control and collective behavior. Chicago, Chicago University Press. 1967

PEIXOTO, N. B. Paisagens Urbanas. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

PELLEGRINI, M. *"A democracia está em crise porque o dinheiro controla governos"*. Carta Capital, Política, Recife, 2015. https://www.cartacapital.com.br/politica/a-democracia-esta-em-crise-porque-o-dinheiro-controla-governos-7013.html [5ago17]

PEROSA, G. S. *A aprendizagem das diferenças sociais: classe, gênero e corpo em uma escola para meninas*. Cadernos Pagu, Universidade Estadual de Campinas, 2006. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332006000100005&script=sci_arttext [18jun17]

https://issuu.com/organismopa/docs/revistaopa.0.1 [18jun17]

REVISTA, Organismo Parque Augusta 2. *OPA*. São Paulo, 2014. https://issuu.com/organismopa/docs/revistaopa_2___v3b [24jul17]

ROCHA, M. E. M. *Ocupe Estelita e a "sociedade dos muros"*. Brasil, El País, 2015. https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/25/politica/1432560448_510212.html [5ago17]

ROCHA, M. E. M. *O Estelita é mais do que o Estelita*. Opinião, El País, 2015. https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/opinion/1448840154_656256.html [5ago17]

ROCHA, M. E. M. *O Ocupe Estelita e a "nova política"*. Opinião, El País, 2014. https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/10/opinion/1415574846_646558.html [5ago17]

TRUFFI, R. *A batalha pelo Cais José Estelita*. Carta Capital, Sociedade, Recife, 2014. https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html [5ago17]

WIKIPÉDIA, Internet. *Occupy Wall Street*. 2016. https://pt.wikipedia.org/wiki/Occupy__Wall_Street [5ago17]